

**ATA DA 226ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE**

1 **LOCAL:** Sala de Reuniões do CES Conselheiro Osvaldo de Oliveira Maciel, Rua Esteves
2 Júnior, 160 - 8º Andar – Centro – Florianópolis/SC.

3 **DATA:** 05/07/2017

4 **HORÁRIO:** 14:00 horas

5 **PRESENTES**

6 **CONSELHEIROS TITULARES**

7 Alessandra Tagliari C. Da Silva (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

8 Alexandre Cunha dos Santos (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

9 Aline Gunsett (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

10 André Mendes Arent (Associações Profissionais Área da Saúde)

11 Bernard Van de Meene (Ass. de Aposentados e da Terceira Idade)

12 Carla Giane da Costa (SES)

13 Cecília Alves de Lima (Ass./Mov. De Mulheres)

14 Clécio Antônio Espesim (SES)

15 Cleia Clemente Aparecida Giosole (Ass. Moradores)

16 Cleusa Maria da Costa (Ass. Port. Patologia e/ou Deficiência)

17 Fábio Gaudenzi de Faria (SES)

18 Fátima Regina da Silva (Ass./Mov. População Afrodescendente e População Indígena)

19 Francieli dos Santos (FEHOESC)

20 Jorge dos Passos Corrêa Cobra (Associações Profissionais Área da Saúde)

21 Karina Cardoso G. Zimmermann (Associações Profissionais Área da Saúde)

22 Leonilda Delourdes Gonçalves (Organizações Religiosas)

23 Luiz Henrique Costa (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

24 Maria Izabel Giroto (Trabalhadores Urbanos)

25 Maury José da Luz Maciel (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

26 Milton Ricardo de Medeiros Fernandes (Conselho Reg. Área da Saúde)

27 Nayana Setubal Bittencourt (Ass. Patronais Comércio e Serviços, Indústrias e Agricultura)

28 Nereu Sandro Espesim (Sindicatos Profissionais Área da Saúde)

29 Pedro Cezar Peliser (FEHOSC)

30 Sérgio Murilo Rabelo (Trabalhadores Urbanos)

31 **CONSELHEIROS SUPLENTE**

32 Eduardo Marques Maccário (SES)

33 Luiz de Bittencourte (Trabalhadores Urbanos)

34 **DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS**

35 A 226ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde teve início às 14h10min,
36 com a presença dos Conselheiros acima nominados e sob a coordenação da Presidente, Cléia
37 Aparecida Clemente Giosole, que propôs aos Conselheiros a alteração dos itens de pauta da
38 seguinte forma:

39 ITEM I- Esclarecimentos sobre prazos e procedimentos adotados quanto à Prestação de Contas
40 da SES, com representante do TCE;

41 ITEM 2- Apresentação sobre a situação do SAMU em Santa Catarina e a relação com a
42 Organização Social que o administra;

43 ITEM 3- Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2017- Votação;

44 ITEM 4-Conferência de Vigilância em Saúde.

45 O Conselheiro Alexandre Cunha dos Santos sugeriu que o Relato de Comissão seja
46 anterior aos itens de pauta, visto que geralmente são demandas de sessões passadas.

47 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, colocou em votação as alterações dos
48 itens da pauta, com a sugestão do Conselheiro Alexandre Cunha dos Santos e todos
49 aprovaram.

50

51 **RELATO DAS COMISSÕES**

52 O Conselheiro Alexandre Cunha dos Santos disse que houve reunião da Comissão
53 Permanente Pelo Cumprimento dos Princípios Éticos e Legislação do SUS, pela manhã, onde
54 estiveram presentes somente ele e a Conselheira Cecília Alves de Lima. Falou que foi
55 analisado o P.L. 0040.9/2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade, no estado, de emissão de
56 atestados médicos digitais, chamados de e-atestados em toda rede hospitalar pública e privada
57 bem como pelos médicos em geral e dá outras providências, onde a Comissão deu parecer
58 favorável ao Projeto de Lei, desde que não haja custo, em hipótese alguma ao Usuário.

59 O Conselheiro André Mendes Arent disse que a temática do P.L. é relevante, mas
60 acredita que análise desse projeto não seja de competência do CES, e sim do CRM, órgão
61 regulador da profissão. E sugeriu uma ressalva, no parecer da Comissão Permanente Pelo
62 Cumprimento dos Princípios Éticos e Legislação do SUS, que deva ser feita uma consulta ao
63 CRM e Vigilância Sanitária para verificar de quem é a competência.

64 O Conselheiro Luiz Henrique Costa falou que quem regula é a Vigilância Sanitária, e
65 que precisaria um momento para ouvir a entidade, e disse que não se inteirou do documento e
66 não se acha competente para votar na aprovação ou não do parecer da Comissão.

67 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, propôs que fosse encaminhado
68 novamente aos Conselheiros o P.L. 0040.9/2017, e que esse assunto fosse item de pauta da
69 reunião de agosto. Colocou em votação, todos aprovaram.

70 **APROVAÇÃO DA ATA**

71 *A Ata da sessão de junho foi aprovada.*

72 **DOCUMENTOS RECEBIDOS E EXPEDIDOS**

73 Ofício Nº 0530/2017/MS/SEAUD/SC, o qual encaminha cópia do Relatório da Auditoria
74 realizada na Associação Hospitalar de Vargeão ;

75 C.I.Nº 334/2017/GEAUD, a qual encaminha o Relatório de Auditoria/DIPA do mês de maio
76 de 2017;

77 C.I.Nº 412/2017/GESOS/SES/SC, em resposta ao Ofício nº 23/17/CES/SC;

78 Ofício Nº 1066/2017/SUV/SES, o qual disponibiliza 5 vagas aos Conselheiros Estaduais, para
79 participarem da “Oficina para Finalização das Atividades de CEREST’s e Discussão das
80 Propostas para 2017”.

81 **ITEM I – ESCLARECIMENTOS SOBRE PRAZOS E PROCEDIMENTOS**
82 **ADOTADOS QUANTO À PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SES, com representante do**
83 **TCE**

84 O Diretor de Controle da Administração Estadual, do TCE, Paulo Gastão Preto, fez
85 uma breve apresentação sobre o tema.

86 A Presidente Cléia Aparecida Clemente Giosole perguntou se tem um prazo para a
87 apresentação, e qual a ação cabível pelo CES, pelo descumprimento desse prazo.

88 O Diretor de Controle da Administração Estadual, do TCE, Paulo Gastão Preto,
89 respondeu que deveriam ser apresentados os dados completos do quadrimestre, mas já que isso
90 não foi possível, que a SES apresente os dados do trimestre, dentro do prazo, e depois
91 apresente a Prestação de Contas, com os dados do quadrimestre. E disse ainda, que é possível
92 o CES, quando achar necessário, solicitar à SES relatórios periódicos, para estar avaliando e
93 acompanhando as contas da Saúde no Estado.

94 A Presidente Cléia Aparecida Clemente Giosole sugeriu que a SES apresente os dados
95 do trimestre, dentro do prazo, e posteriormente apresente a Prestação, com os dados completos
96 do quadrimestre.

97 O Pleno acatou a sugestão da Presidente.

98 O Conselheiro Alexandre Cunha dos Santos perguntou se é possível alterar a lei que
99 determina o prazo.

100 O Diretor de Controle da Administração Estadual, do TCE, Paulo Gastão Preto,
101 respondeu que acha difícil que isso aconteça, acredita que a melhor forma seria trazer os dados
102 completos do quadrimestre para dentro do prazo.

103 O Conselheiro Luiz Henrique Costa disse que a situação da saúde no Estado vai de mal
104 a pior, citou a falta de medicamentos e os leitos fechados. E perguntou como o TCE está
105 avaliando a Prestação de Contas da SES.

106 O Diretor de Controle da Administração Estadual, do TCE, Paulo Gastão Preto, falou
107 que existe Instruções Normativas, que instrui as Prestações de Contas. Disse que são feitas
108 Auditorias pontuais e periódicas, em algumas situações mais relevantes, e que algumas
109 Prestações de Contas também são autuadas.

110 O Conselheiro André Mendes Arent falou que o recurso extra repasse, fundo a fundo,
111 não é colocado à aprovação do CES.

112 O Diretor de Controle da Administração Estadual, do TCE, Paulo Gastão Preto, disse
113 que acredita que os Conselheiros devam solicitar esses dados à SES, para apresentá-los ao
114 Pleno.

115 O Conselheiro Bernard Van de Meene perguntou se a reunião fosse no final de maio,
116 seria possível a apresentação, pela SES, dos dados quadrimestrais.

117 A Técnica da Gerência de Planejamento, Silvia, respondeu que as informações do
118 SARGSUS são importadas do SIOPS, e não do SIGEF, por isso não é possível a apresentação
119 completa no mês de maio, somente em meados do mês de junho.

120 O Conselheiro Bernard Van de Meene falou que a apresentação, com os dados
121 quadrimestrais, somente será possível na sessão de julho, pois a reunião do CES é na primeira
122 quarta-feira de junho. Falou que a falta de medicamentos de alto custo é decorrente do alto
123 débito da SES junto aos seus fornecedores, e por isso não têm crédito para comprar
124 medicamentos. E disse que acredita que a dívida da saúde seja da Secretaria de Estado da
125 Fazenda e não da Secretaria de Estado da Saúde, já que a SES só gasta aquilo que está
126 autorizado no orçamento.

127 O Conselheiro Clécio Antônio Espezim falou que todos deveriam cuidar com o que é
128 dito nas sessões do CES, já que existem muitas acusações sem fundamento.

129 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim disse que se preocupa que as auditorias,
130 realizadas pelo TCE, sejam feitas por amostragem, perguntou quais são os elementos
131 essenciais prioritários. Falou que acha importante chamar a Secretaria de Estado da Fazenda
132 para adequar os dados ao quadrimestre, e acordar uma data para que a apresentação fique
133 dentro do prazo previsto. E disse que os Conselheiros não deveriam se ater a aos dados
134 quadrimestral, e sim solicitar, quando necessário, relatórios das contas da saúde a cada um ou
135 dois meses.

136 A Presidente Cléia Aparecida Clemente Giosole falou que, de acordo com o que foi
137 deliberado até o momento, o item da Prestação de Contas do 1º Quadrimestre será suprimido, e
138 ponto de pauta da próxima sessão do CES. E pediu aos Conselheiros que encaminhem suas
139 dúvidas e questionamentos à Secretaria Executiva do CES, para repassarem às áreas técnicas
140 respectivas.

141 A representante da Gerência de Planejamento, Silvia Zardo, se comprometeu a
142 encaminhar a Prestação de Contas do 1º Quadrimestre completa, conforme deliberado pelo
143 Pleno.

144 O Conselheiro André Mendes Arent perguntou se existe alguma ressalva, no pedido de
145 reprovação das contas do Governador do Estado, que implique na aprovação ou não das contas
146 da SES.

147 O Diretor de Controle da Administração Estadual, do TCE, Paulo Gastão Preto, falou
148 que existe um documento elaborado pelo Relator, deste processo, que está disponível para
149 consulta no site do TCE.

150 A Presidente Cléia Aparecida Clemente Giosole agradeceu a presença do representante
151 do TCE, e falou da importância dessa aproximação, para entender a responsabilidade do papel
152 de Conselheiro.

153 **ITEM II – APRESENTAÇÃO SOBRE SITUAÇÃO DO SAMU EM SANTA**
154 **CATARINA E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL;**

155 O Tenente Coronel, João Batista, Gerente do SAMU de Santa Catarina, se apresentou e
156 fez uma breve explanação sobre seus planos para o SAMU.

157 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, disse que quando foi solicitada esta
158 pauta, foi em função do menino de 1 ano e 2 meses que morreu por falta de atendimento do
159 SAMU, e a justificativa foi a falta de combustível.

160 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim falou que o caso ocorrido, do não atendimento
161 pelo SAMU, por falta de combustível é recorrente, como também por falta de pagamento.
162 Falou da sua preocupação, caso o contrato do Estado com a SPDM se renove.

163 João Batista, Gerente do SAMU disse que a sua Gerência pensa em futuramente alterar
164 a legislação e protocolos vigentes. Disse que a SPDM, que hoje administra o SAMU, poderia
165 ajudar no planejamento para redução do número de Centrais no Estado.

166 O Conselheiro André Mendes Arent falou que, desde quando se discute a gestão do
167 SAMU, o ponto conflitante é o da Regulação, que é função do Estado, e essa questão foi alvo
168 de uma ação judicial pelo MP. Perguntou ao Gerente se ele tem autonomia para a compra de
169 leitos, para gerenciar e contra-regular, quando não há vaga.

170 O Gerente do SAMU, João Batista, disse que existe uma separação no atendimento
171 pré-hospitalar. Falou que o SAMU presta atendimento fora dos hospitais, e que quem faz a
172 administração dos leitos é a Central de Leitos. Disse que não há como fazer um novo modelo,
173 sem fortalecer a regulação médica. Falou que será criada uma coordenação médica, com
174 profissionais da área de Enfermagem e Medicina.

175 O Conselheiro Milton Ricardo de Medeiros Fernandes disse que o CES vem se
176 manifestando contrário às Organizações Sociais. Disse que hoje temos os Bombeiros
177 Militares, Comunitários e Voluntários, com isso, não há um aumento de efetivo para o Estado.
178 Perguntou como se dará a relação entre o Corpo de Bombeiros do Estado e a SPDM até o final
179 de seu contrato, e a transição no modelo de gestão do SAMU. Disse acreditar que seria mais
180 fácil, em vez de alterar a legislação e protocolos, adequar o trabalho do Corpo de Bombeiros
181 aos protocolos do SAMU.

182 O Gerente do SAMU, João Batista, falou da importância de estimular o Bombeiro
183 Voluntário, já que diminuiu o recurso disponível para o Estado. E disse que as Organizações
184 Sociais talvez sejam interessantes para contratação de mão-de-obra, já que em tese, elas não
185 visam ao lucro. Falou que o atendimento será de acordo com a exigência da legislação, porém
186 sempre pensando um novo modelo de gestão para o SAMU.

187 O Conselheiro Alexandre Cunha dos Santos disse que a apresentação o deixou confuso,
188 pois uma hora fala em nome do SAMU, outra em nome dos Bombeiros, acredita que a área
189 relacionada aos Bombeiros seja a da Segurança, e não da Saúde. Espera que a promessa da
190 Ouvidoria do SAMU seja cumprida. Falou que vários foram os modelos de gestão do SAMU
191 apresentados ao CES, porém nada foi feito. E terminou dizendo que todo Bombeiro deveria
192 saber onde levar o paciente.

193 O Gerente do SAMU, João Batista, disse que é Bombeiro Militar, mas hoje é Gerente
194 do SAMU, e veio trazer ao CES uma nova proposta de integrar os serviços. Falou que uma das
195 missões dos Bombeiros, prevista na Constituição, é a obrigação de atendimento pré-hospitalar.
196 Falou da importância em integrar os dois serviços, já que, às vezes é prestado o atendimento
197 pelo Bombeiro, e quando chega ao Hospital, não há vaga, pois o atendimento não foi regulado.

198 O Conselheiro Maury José da Luz Maciel falou da importância de se trazer a vivência
199 de Bombeiro para a Gerência do SAMU, mas se preocupa misturar a questão militar com a
200 civil, já que as duas têm procedimentos diferentes. Disse ser contrário às Organizações
201 Sociais, por ter alta rotatividade de seus profissionais, principalmente pela fácil contratação e
202 demissão, fora a questão salarial que é arrochada. Perguntou qual o posicionamento do Corpo
203 de Bombeiros em relação à imposição do Estado de ter que absorver os serviços do SAMU em
204 50%.

205 O Conselheiro Luiz Henrique Costa falou que a cultura da saúde e do militar são
206 diferentes. Disse que o Estado se absteve da gestão, deixando-a ruim e cara. Falou da

207 importância em discutir o Serviço de Urgência e Emergência do Estado, no CES, e disse que o
208 Estado deve assumir a gestão do SAMU.

209 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim, cedeu a palavra ao Luiz Antônio da Silva, que
210 citou em sua fala a Portaria 2048, que dispõe sobre os papéis de profissionais oriundos da área
211 médica ou não. Disse que a Lei 15294, de 23 de agosto de 2010, ratifica o Consórcio Público,
212 de Direito Público, como modelo de gestão para o SAMU. Falou que o Estado quando passou
213 a gestão do SAMU para uma Organização Social, tinha a justificativa de que não tinha
214 dinheiro para gerir o serviço, porém, a Organização Social, que hoje administra o serviço,
215 recebe do Estado quase 3 vezes mais, do que quando disse não ter dinheiro suficiente para a
216 Gestão do SAMU.

217 O Gerente do SAMU, João Batista, disse não ver problema na integração dos serviços,
218 já que a relação de trabalho entre as pessoas, que atuam tanto no Corpo de Bombeiros, como
219 no SAMU é muito boa. Falou que a folha de pagamento, hoje, chega a aproximadamente a 8
220 milhões, e intuito de avaliar o modelo de gestão é otimizar o recurso financeiro, fazer mais e
221 melhor com menos.

222 O Conselheiro Clécio Antônio Espezim disse que esse debate é muito rico, que o que
223 se tem hoje é a tentativa de integração dos serviços, e está sendo estudado um modelo de
224 gestão maior e melhor. E falou que os Conselheiros devem acompanhar os estudos da política
225 do Serviço de Urgência e Emergência.

226 O Conselheiro Nereu Sandro Espezim disse que o Estado deveria prestar o serviço em
227 vez de comprar. E sugeriu que essa pauta volte ao CES.

228 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, colocou em votação a sugestão do
229 Conselheiro Nereu, todos aprovaram.

230 **ITEM III – CONFERÊNCIAS;**

231 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, agradeceu, além da Comissão
232 Organizadora, ao Conselheiro Clécio Antônio Espezim, pela sua contribuição, junto ao
233 Secretário de Saúde, para o êxito da 1ª Conferência Estadual de Saúde da Mulher. E disse que
234 a Plenária Final da 1ª Conferência Estadual de Saúde da Mulher demandou ao Pleno, que se
235 posicionasse sobre o encaminhamento das propostas que não foram analisadas, na etapa
236 estadual, por não haver tempo hábil. Ela propôs dois encaminhamentos para os Conselheiros
237 votarem:

238 1- Chamar os Delegados eleitos na etapa estadual para discutirem e aprovarem as
239 propostas; e

240 2- Encaminhar aos Conselheiros, para em uma reunião específica, discutirem e
241 homologarem as propostas.

242 A Presidente colocou em votação a proposta 1 e 2, a maioria votou na proposta 1, em
243 chamar os eleitos na etapa estadual para discutir e aprovar as propostas não vistas na etapa
244 estadual, e após, levar ao Pleno para homologação. E na próxima sessão os Conselheiros terão
245 acesso à Avaliação da 1ª Conferência Estadual de Saúde da Mulher.

246 O Secretário Executivo do CES, José Carlos da Cruz, falou que a Conferência de
247 Vigilância em Saúde terá a etapa Nacional e, no Estado, as etapas Macrorregionais e Estadual.
248 O CES aprovou o Regimento da Conferência que trás 5 Conferências Macrorregionais:

249 - Macro Criciúma: 20 e 21 de julho;

250 - Macro Mafra: 24 e 25 de julho;

251 - Macro Rio do Sul: 27 e 28 de julho;

252 - Macro Blumenau: 10 e 11 de agosto e

253 - Macro Chapecó: 14 e 15 de agosto, no Centro de Eventos do Município.

254 A Comissão Organizadora definiu que será um único Regulamento para todas as
255 Macrorregionais, de modo que todas funcionem da mesma forma. E propõe ao Pleno a
256 alteração do Regimento da 1ª Conferência Estadual de Vigilância em Saúde, para que o CES
257 se responsabilize por aprovar o Regulamento das Conferências Macrorregionais de Vigilância
258 em Saúde, e não seja submetido à consulta pública virtual, em virtude do prazo. E a alteração

259 também, em virtude da mudança do Documento Orientador da etapa Nacional, onde altera de
260 9 para 4 subeixos.

261 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, colocou em votação a proposta de
262 alteração, todos aprovaram.

263 O Secretário Executivo do CES falou que, a partir dessa aprovação, o Pleno passa a
264 votar a Minuta de Regulamento das Conferências Macrorregionais de Vigilância em Saúde.

265 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, colocou em votação a proposta de
266 Regulamento, onde foi aprovado, com uma abstenção.

267 **DEFINIÇÃO DA PAUTA**

268 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, disse que os dois itens de pauta, que
269 não foram apresentados nesta reunião, entrem na pauta de agosto, mais a Prestação de Contas
270 do 1º Quadrimestre de 2017 do SES.

271 O Conselheiro Alexandre Cunha dos Santos sugeriu que não entre na pauta o item
272 “Regulamentação dos Comitês de Ética em Pesquisa Vinculada à SES”.

273 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, disse que o representante do Comitê
274 de Ética e Pesquisa – CEP, do CNS entrou em contato, para solicitar uma pauta na reunião do
275 CES, e falar sobre a alteração do segmento usuário, na representação dos CEPs. E sugeriu que
276 seja incluído esse item na pauta, a partir do momento que esse representante e o CES entrem
277 num consenso de data, para discussão do assunto.

278 O Conselheiro Eduardo Marques Maccário sugeriu que fosse tirado da pauta o item
279 “Apresentação sobre a Profilaxia Pré Exposição ao HIV/AIDS, com representante do
280 Ministério da Saúde”, já que terá uma reunião com o MS, para discutir a implementação dessa
281 estratégia.

282 O Conselheiro Alexandre Cunha dos Santos lembrou que havia ficado para agosto o
283 item “Discussão da Política de Saúde da População Negra de Santa Catarina”.

284 Após sugestões, ficaram definidos os seguintes itens de pauta para a reunião de agosto:

285 Item 1 – Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2017 – apresentação e votação;

286 Item 2 – Conferência de Saúde;

287 Item 3 – Discussão da Política de Saúde da População Negra de Santa Catarina.

288 A Presidente do CES colocou em votação, todos aprovaram.

289 **INFORMES**

290 A Conselheira Cleusa Maria da Costa cedeu a palavra à Maria Clara, que fez o convite
291 para o Congresso “Todos juntos contra o Cancêr”, nos dias 26 e 27 de setembro, em São
292 Paulo. Disse que encaminhará o convite por e-mail aos Conselheiros.

293 O Conselheiro Bernard Van de Meene solicitou à Secretaria Executiva que convoque a
294 Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário, para discutir e elaborar um parecer
295 sobre a Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2017.

296 O Conselheiro Alexandre Cunha dos Santos falou, em relação aos CEPs, que está
297 tramitando o PL 200 que tira alguns direitos de usuários do SUS, que estão sendo submetidos
298 à pesquisa em saúde. E disse que o abastecimento do fármaco Ritonavir está abaixo do limite.

299 O Conselheiro Milton Ricardo de Medeiros Fernandes relatou que alguns Municípios
300 estão realizando Conferências para elaboração do PPA, e disse que foi convidado a participar
301 da Conferência de Caçador.

302 A Presidente, Cléia Aparecida Clemente Giosole, solicitou que os convites feitos aos
303 Conselheiros, sejam encaminhados primeiramente à Secretaria Executiva do CES.

304 O Conselheiro Luiz Henrique Costa relatou que na Policlínica de Blumenau havia 26
305 medicamentos em falta, e solicitou que seja discutido o assunto da falta de medicamentos pelo
306 CES.

307 A Conselheira Karina Cardoso G. Zimmermann fez um agradecimento, representando
308 a UNESCO, pois a Universidade está muito feliz em sediar a Conferência Macrorregional de
309 Criciúma.

310 Nada mais havendo a tratar, a Presidência da sessão deu-a por encerrada, da qual a Secretaria
311 do CES/SC lavrou a presente Ata.

312

Florianópolis, 5 de julho 2017.